

ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

Danielle Monteiro do Nascimento

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Carmem Virgínia Moraes da Silva

Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo apresentar o resultado de uma prática do componente curricular optativo denominado Orientação Profissional – OP, do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, ofertado no ano de 2019. Foi desenvolvida uma proposta interventiva, de caráter educativo, inclusivo e social, objetivando uma prática de OP para pessoas com deficiência, a ser realizada no serviço escola de Psicologia da UESB, o Núcleo de Práticas Psicológicas – NUPPSI. Têm-se como público alvo dessa intervenção um grupo de aproximadamente 15 pessoas, adolescentes, jovens ou adultos. O projeto foi construído à luz da perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski, quanto a compreensão de homem, processo de desenvolvimento humano e os estudos da Defectologia. O método de intervenção sugerido pode contar com aplicação de questionário (com o objetivo de conhecer os participantes), roda de conversa, dinâmicas e registro fotográfico dos materiais produzidos. Tem-se como resultados esperados a desconstrução e ressignificação das práticas para a pessoa com deficiência, assim como, dar visibilidade a este sujeito quanto aos seus direitos no mercado de trabalho. Também espera-se que os participantes se apropriem e ressignifiquem sua realidade, desejos, necessidades e vontades, discernindo suas escolhas, sonhos e perspectivas futuras, a partir do processo de OP.

Palavras chave: Histórico-Cultural. Orientação Profissional. Pessoa com Deficiência.

Introdução

No processo de Orientação Profissional – OP o indivíduo tem acesso à informações e possibilidades de reflexões diversas que facilitam a apropriação de suas determinações, a tal ponto que permita a compreensão de si enquanto sujeito único, singular, histórico e social (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2007). Dito isso, ressalta-se que a presente proposta de OP será configurada como uma prática de promoção de saúde, visando “trabalhar para ampliar a consciência que o indivíduo possui sobre a realidade que o cerca, instrumentando-o para agir, no sentido de transformar e resolver as dificuldades que essa realidade lhe apresenta” (AGUIAR; BOCK; OZELLA, 2007, p. 172).

No que concerne esta concepção, ao falar de OP como um processo de instrumentalização do indivíduo que vivencia situações de escolha profissional, faz-se necessário nos determos à visão de sujeito e a relação deste no mundo social. Por conseguinte, a presente discussão se ancora no conceito de apreensão do homem tal como apresentado por

Vigotski (1999 *apud* AGUIAR, 2006) como um ser constituído numa relação dialética com o social e com a sua história, portanto:

Vamos entender o sujeito como aquele que é ao mesmo tempo único e singular, mas também social e histórico, como aquele que transforma o social em psicológico, como aquele que vive a unidade contraditória do simbólico e do emocional e como aquele que produz sentidos subjetivos. Por isso, com certeza, ele certamente, escolhe (AGUIAR, 2006, p. 12).

Almeida e Pinho (2008) afirmam que existem inúmeros fatores influenciadores na escolha profissional do indivíduo, desde questões pessoais a questões religiosas, políticas, familiares e contexto socioeconômico. Certamente, o adolescente, jovem ou adulto em processo de escolha profissional necessita refletir acerca de seus objetivos, interesses, gostos e áreas, considerando as informações recebidas para, assim, repensar e reformular suas escolhas, no sentido de transformar sua realidade. Assim sendo, à luz deste pensamento aponta-se como questão norteadora para construção desse trabalho: Como acontece o processo de Orientação Profissional para pessoas com Deficiência?

A inserção do deficiente no mercado de trabalho, se deu a partir de diversas dificuldades, tendo em vista que por muito tempo estas pessoas ocuparam um lugar à margem da sociedade, vistas enquanto incapazes e sem condição mínima de dignidade e igualdade. Sobremaneira, a partir da Constituição Federal de 1988 seus direitos passaram a ser reconhecidos, com o estabelecimento e exigência das cotas de inclusão, de tal modo que as empresas foram obrigadas à contratação e oferecimento de condições de trabalho para este público (WALLERIUS; BISSANI, 2015).

A partir dessas considerações, o presente artigo apresenta um produto, fruto de uma prática do componente curricular optativo denominado Orientação Profissional do curso de Psicologia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, ofertado no ano de 2019, ministrado por uma professora e psicóloga. Para fins de cumprir a carga horária prática do componente foi proposto um projeto interventivo de caráter educativo, inclusivo e social, objetivando uma prática de orientação profissional para pessoas com deficiência, a ser realizada no serviço público Núcleo de Práticas Psicológicas – NUPPSI, serviço escola do Curso de Psicologia da UESB. O NUPPSI é um serviço que foi implantado em julho de 2016, encarregado de supervisionar as atividades de estágios curriculares e trabalhos oriundos de componentes curriculares e projetos de extensão realizados em suas instalações. Enquanto serviço escola tem a intenção de promover atividades que visam atender à formação do

estudante de Psicologia, como também prestar atendimentos à população de Vitória da Conquista - Ba, objetivando a articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Dessa forma, o projeto interventivo teve como objetivo geral propor a realização de um processo de orientação profissional para pessoas com deficiência. Pretendendo, ainda, com os objetivos específicos: estabelecer relações entre as práticas dos componentes curriculares do Curso de Psicologia, NUPPSI e comunidade; viabilizar ações de inclusão para pessoas com deficiência e proporcionar um espaço/momento de reflexão para as pessoas com deficiência acerca de seus limites e potencialidades quanto ao processo de OP.

É importante frisar que apesar do projeto ter sido elaborado pensando no serviço escola de Psicologia, este também pode ser executado em outros espaços, a exemplo dos espaços educacionais. Ressalta-se também que, para efetivação do projeto, este seja executado por discentes do curso de Psicologia, composto por dupla ou trio que tenham interesse ou proximidade com o tema. No que tange à ênfase dada em ser alunos de Psicologia, concede a ideia que a ação do estudante de Psicologia promove a instrumentalização ao sujeito quanto à realização de suas escolhas, considerando sua realidade, promovendo um espaço para que o sujeito se reorganize, ao mesmo tempo em que reconstrua e trace novos caminhos de possibilidades, sendo possível também o uso de testes psicológicos neste processo.

O projeto foi construído à luz da perspectiva Histórico-Cultural de Vigotski, quanto a compreensão do processo de desenvolvimento humano, a qual pondera que o desenvolvimento humano tem uma organização complexa, dinâmica e evolutiva, constituída na relação e em relação social. Também, nos reportamos aos estudos da Defectologia desenvolvido pelo referido autor, na tentativa de construir um diálogo para compreender os processos de constituição do ser humano e assim potencializar o desenvolvimento de cada sujeito conforme suas limitações.

Costa (2006) explana que as considerações vigotskianas propõem uma visão dialética das pessoas com deficiência, buscando examinar as possíveis limitações do indivíduo, compreendendo que existem problemas, mas também, existem possibilidades e os problemas podem ser fontes de crescimento. O referido autor acrescenta que o pensamento vigotskiano é sobre a crença na plasticidade – “capacidade de se transformar do organismo e o ser humano - na capacidade do indivíduo de criar processos adaptativos com o intuito de superar os impedimentos que encontra (COSTA, 2006, p. 233).

Dessa forma, compreende-se que a inteligência não é estática, mas dinâmica, podendo, portanto, evoluir. Para tanto, segundo Vigotski (1984 *apud* COSTA, 2006, p. 234) “todas as

crianças podem aprender a se desenvolver [...] as mais sérias deficiências podem ser compensadas com ensino apropriado, pois, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental”.

Isto posto, entende-se que com a presente proposta interventiva um espaço/momento de reflexão e obtenção de conhecimento serão apresentados aos participantes, de modo que os mesmos se sintam incluídos nesse processo e se apropriem e ressignifiquem sua realidade, desejos, necessidades e vontades, discernindo suas escolhas, sonhos e perspectivas futuras. Também, na atividade os participantes poderão ter acesso às discussões e compreensão acerca de seus direitos e deveres sobre a sua inclusão no mercado de trabalho, podendo assim auxiliá-los no alcance de sua autonomia de escolhas.

Contextualizar é preciso: Pessoa com Deficiência e Inclusão no mercado de trabalho

Para iniciarmos essa discussão, vale apontar a limitação de produções encontradas que discorram sobre a temática proposta no presente estudo, o que culmina na questão norteadora levantada no projeto: Como acontece o processo de Orientação Profissional para pessoas com Deficiência? Poucos trabalhos focalizam temas concernentes à OP para esse público, de tal forma que das produções encontradas a maioria é de revisão de literatura e, com efeito, nenhuma apresenta o percurso metodológico a ser realizado durante o processo OP, mas discorre sobre a importância e necessidade desta atividade ser realizada.

Como a presente discussão versa sobre o tema da OP para pessoas com deficiência, para começar, precisa-se compreender o conceito da pessoa com deficiência e, para isso, é importante a compreensão histórica do indivíduo com deficiência, desde seu lugar na sociedade e no mundo do trabalho. Dito isso, na Antiguidade as pessoas tinham uma visão mística acerca do tema, relacionando-o com culpa devido algum pecado cometido. Na Idade Média e com o advento do Cristianismo essas pessoas recebiam um tratamento que estava muito próximo da caridade e tolerância. Logo, nesse período surgiram as instituições e hospitais que tinham a prática do assistencialismo, todavia, apoiados pela igreja (CLEMENTE, 2008 *apud* IVATIUK; YOSHIDA, 2010).

A mudança aconteceu no período do Renascimento com o advento da ciência e, por sua vez, deu-se início as práticas de reabilitação da pessoa com deficiência em áreas como medicina e educação. No século XIX surgiram as primeiras escolas especializadas para cegos, na Europa e Estados Unidos. Também foi desenvolvido o método Braile – este um sistema de

leitura com o tato para pessoas cegas. Assim sendo, a partir dessas mudanças os indivíduos deficientes passaram a participar da vida social e do mundo do trabalho com os programas de reabilitação, tendo o treinamento profissional com o objetivo de desenvolver suas capacidades e potencialidades (CLEMENTE, 2008 *apud* IVATIUK; YOSHIDA, 2010).

Ressaltamos que o conceito de pessoa com deficiência passou por significativas transformações, tendo visto que, conforme a Lei nº 8. 742/93 – Lei Orgânica da Assistência Social, conceituava como deficiente a pessoa incapaz para o trabalho e para a vida independente. Além disso, o artigo 3º do Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999¹, definia deficiência como toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, 1999).

Todavia, a Lei nº 13. 146 de 6 de julho de 2015² estabelece um novo conceito da pessoa com deficiência, baseado em critérios não apenas médicos, mas também sociais, considerando como deficiência aquela pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015). Outrossim, de acordo com o parágrafo 1º da presente Lei citada, a avaliação da deficiência quando necessária, será biopsicossocial, a ser realizada por uma equipe multiprofissional e interdisciplinar, de modo a considerar: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II – os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; III – a limitação no desempenho de atividades e IV – a restrição de participação (BRASIL, 2015).

Para tanto, quanto à inclusão deste sujeito no mercado de trabalho esclarece Tanaka e Manzif (2005 *apud* IVATIUK, 2009, p. 9):

A inserção da pessoa com deficiência no contexto do trabalho é um tema que vem fazendo parte das discussões dentro da Educação Especial já de longa data, porém, a preocupação com essa questão começou a se estender para o meio empresarial somente a partir da aprovação de leis específicas que tentam assegurar esse direito.

Assim, no Brasil, isso ficou empregado e reconhecido através da Lei de Cotas Nº 8.213 de 24 de julho de 1991, na qual visa garantir à pessoa com deficiência meios legais para

¹ Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências.

² Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

um espaço no mercado de trabalho pela via da empregabilidade, de modo que, um percentual de cotas seja reservado proporcionalmente ao número de funcionários da empresa (BRASIL, 1991). Por conseguinte, em 1999 esta lei foi reeditada e prevê uma determinada quantidade de vagas para pessoas com deficiência que varia de 2% a 5% do número total de funcionários (IVATIUK, 2009).

Com essa inclusão, tem-se um avanço no reconhecimento da igualdade de seus direitos, todavia, segundo Oliveira (2015) o problema não é a ausência de leis e sim a ineficiência da aplicação das normas existentes. Também, mesmo com as leis, isso não garante que o indivíduo permanecerá atuando na empresa, assim, apontam Ivatiuk e Yoshida (2010) que os cursos preparatórios e de formação possibilitam à pessoa o desenvolvimento de suas competências e habilidades, que uma vez identificada contribui na permanência do trabalho.

Nesse caso, o trabalho de OP funciona como um processo de levar o sujeito a questionar sua escolha, se de fato consegue cumprir a tarefa e também leva-lo a observar as oportunidades que melhor se adaptam aos recursos físicos que dispõe. Por sua vez, possibilita que o indivíduo busque encontrar respostas quanto: O que vou ser no futuro? Que profissão vou abraçar? Onde posso me capacitar? (OLIVEIRA, 2015). Corroborando com essa discussão, acrescenta Cabral (2013) que durante o processo de OP é importante levar em conta as características funcionais e cognitivas, metas individuais e potenciais, seja na área educacional ou profissional.

Partindo para uma discussão acerca do processo de desenvolvimento da pessoa com deficiência a partir do olhar da perspectiva histórico-cultural, explorado nos estudos da Defectologia de Vigotski, o qual se dedicou e se interessou pela compreensão do desenvolvimento psicológico das crianças com deficiência. Para o autor uma criança com deficiência não apresenta um desenvolvimento inferior ao de outras ditas “normais”, mas qualitativamente particular e distinto, ou seja, ambas as crianças (com e sem deficiência) seguem as mesmas leis gerais de desenvolvimento. Contudo, as singularidades daquelas com deficiência se manifestam nos modos, vias e caminhos indiretos de interlocução com o outro e com o mundo (VIGOTSKI, 2011).

Nessa premissa, a gênese do desenvolvimento humano está nas relações sociais vivenciadas pelo sujeito, sendo as dinâmicas culturais, nas quais ele está inserido, determinantes para o processo de transformação de suas funções intelectuais. Desse modo, o desenvolvimento das funções cognitivas pode ser impulsionado ao longo da vida, a partir de

diferentes processos mediacionais ou de intervenções pedagógicas intencionalmente planejadas.

Vigotski (2011, p. 867) defende que a educação tem uma importância primordial para o desenvolvimento da criança com deficiência, pois é ela a responsável por criar “técnicas artificiais, um sistema especial de signos ou símbolos culturais adaptados”. Ilustrando essa discussão, entende-se que a educação ensina o surdo a compreender a língua falada pela leitura dos lábios do falante, substituindo os sons da fala por imagens visuais, movimentos da boca e dos lábios. Sendo assim, o princípio fundamental na defectologia de Vigotski é que a própria deficiência gera impulsos para a pessoa compensar a função ou capacidade que está deficiente. Podemos nos perguntar: Como isso ocorre? Vigotski (2011) explana que na ausência de uma função, surgem outras, por meio da reorganização neurológica. Ou seja, diante das dificuldades ou demandas enfrentadas no processo de desenvolvimento e na adaptação ao meio, a pessoa com deficiência desenvolve uma cadeia de funções, as quais em combinação podem suprir, nivelar ou compensar aquela que está em déficit. Ela se reorganiza de modo criador.

Nesta mesma linha, Vigotski (2011) explicita que na compreensão da pessoa com deficiência, parte do fato de que é na coletividade que ela encontra recursos para a constituição de suas funções internas e para o desenvolvimento de seu processo compensatório. Portanto, é a forma como a pessoa com deficiência é desafiada e mediada ao longo de sua vida e as demandas sociais encontradas em seu meio sociocultural, que fazem emergir funções ou habilidades para compensar suas limitações.

Com essa discussão, pode-se compreender que embora a pessoa apresente uma deficiência podendo ela ser do âmbito físico ou intelectual, isso não a impede de exercer seus direitos e deveres como cidadão, e principalmente, ser reconhecida como um sujeito de potencialidade apesar de suas limitações. Sobremaneira a essas concepções, o referido autor nos apresenta uma nova forma de compreender esse sujeito, a partir da compreensão de seu desenvolvimento, dos processos de aquisição de conhecimento e aprendizagem.

Como discutido anteriormente, o autor nos aponta que a deficiência não é um traço intrínseco ao sujeito e imutável, que determina definitivamente as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento de uma pessoa. Parte-se do princípio de que as diferentes formas de mediação pedagógica, o uso de recursos e meios auxiliares, atividades que sejam desafiadoras e que proporcionem níveis de ajuda planejados, de modo a atender as

necessidades e peculiaridades da pessoa com deficiência podem trazer mudanças significativas em seu desenvolvimento.

Percurso Metodológico

Como apresentado anteriormente, o projeto tem como proposta ser realizado no serviço escola do curso de Psicologia da UESB podendo este também ser efetivado em outros espaços; dessa forma, é necessário um contato inicial com a instituição, com o objetivo de avaliar a disponibilidade de sala e os respectivos horários, e posteriormente a atividade ser divulgada à comunidade. O público alvo que o projeto pretende alcançar consiste no grupo de aproximadamente 15 pessoas, podendo ser adolescentes, jovens ou adultos. É importante frisar que o projeto não especifica o tipo de deficiência, isto é, psicológica e/ou fisiológica, o projeto objetiva atender pessoas com deficiências, independentemente da sua limitação.

Por conseguinte, pensando em alcançar a adesão dos participantes, sugerimos que a divulgação seja através de um panfleto informativo junto às instituições e/ou órgãos que tenham vinculação direta com o público alvo, tais como o Núcleo de Inclusão da Secretaria Municipal de Educação, Associação Conquistense de Integração do Deficiente (ACIDE), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Núcleo de Ações Inclusivas para Pessoas com Deficiência (NAIPD/UESB) e Fala Down, etc., com fins de apresentar a atividade e, assim, recrutar participantes interessados. Acreditando que essa abordagem possa obter uma significativa adesão à atividade, elaboramos um modelo de panfleto apresentado na Figura 1.

Figura 1 – Modelo de panfleto para divulgar a atividade de orientação profissional.



Fonte: Arquivo pessoal.

A partir do horário e dia definido, faz-se necessária uma programação dos encontros, quanto à quantidade e tempo de duração, tem-se como sugestão que estes sejam de, no mínimo, seis encontros com tempo de aproximadamente 1 hora e meia cada. Em relação à metodologia a ser utilizada, é importante conhecer a realidade do grupo participante, para assim planejar e executar as estratégias metodológicas, empregando e adequando conforme as demandas apresentadas.

Para tanto, as estratégias metodológicas aqui apresentadas foram realizadas em outras experiências de OP; todavia, as apresentamos como sugestões para que possam ser adaptadas conforme as necessidades e demandas dos participantes. Dessa forma, o método de intervenção pode contar com aplicação de questionário (com o objetivo de conhecer os participantes), roda de conversa, dinâmicas e registro fotográfico dos materiais produzidos.

É importante destacar que temos como foco alguns temas, assim como atender as demandas de cada encontro, a exemplo: momento de apresentação da prática e processo de autoconhecimento dos participantes; momento para discussão do processo de escolha e o momento para apresentação de informação. Por conseguinte, para melhor esclarecimento segue de forma descritiva as estratégias metodológicas.

No primeiro momento (1º e 2º encontro) apresentar as estagiárias e a proposta da OP, buscar verificar o conhecimento dos participantes sobre a OP; (a) realizar a “Dinâmica da planta” que consiste na apresentação de uma plantinha aos participantes com a seguinte recomendação: “Imaginem que esta planta será transferida para um jardim maior, com outras plantas, como você acha que será seu crescimento/desenvolvimento?”. O propósito do questionamento é deixá-los falar livremente, esperando que se projetem na transição sofrida pela plantinha, falando a respeito do que sentem; (b) aplicar questionário com o objetivo de obter dados sobre os participantes, quanto aos sonhos, escolhas e expectativa de vida. É importante destacar que o questionário não será para análise de dados, mas sim, para compreender a realidade dos participantes, segue a sugestão de questões:

- 1) O que você mais gosta de fazer?
- 2) Ainda estuda? Se sim, qual série?
- 3) Tem alguma disciplina que você sente mais facilidade/gosta mais? Se sim, qual?
- 4) Tem alguma disciplina que você sente mais dificuldade/gosta menos? Se sim, qual?
- 5) Se ainda estuda, sabe o que vai fazer depois que concluir os estudos?
- 6) Entre estudar e trabalhar, o que você mais deseja? Porquê?
- 7) Deseja ser algum profissional específico? Se sim, qual?

- 8) O que você acha que sua família espera de você?
- 9) Tem vontade de fazer alguma graduação?
- 10) Qual seu sonho?

No segundo momento (3º encontro) promover um espaço de discussão acerca do processo de escolha, para isso tem como sugestão o uso de um episódio da série “Todo mundo odeia o Cris”, no qual tem como título – “Todo mundo odeia o orientador”, com duração de 20 minutos. Posterior ao vídeo abrir um espaço para discussão e comentários, levantando como aspecto principal o processo de escolha, com o objetivo de identificar o conhecimento que estes têm a respeito do tema, se os mesmos têm escolhas construídas (e para aqueles que não tiverem, levantar como reflexão os motivos que o impedem) e levantar como reflexão o porquê de fazer esta escolha para que, assim, possamos produzir reflexões sobre este processo.

No terceiro momento (4º encontro) possibilitar um momento de informação, apresentando os ensinos e modalidades educacionais, a localização dos espaços e a forma de ingresso – Exame Nacional de Ensino Médio - ENEM; Sistema de Seleção Unificada - SISU; Programa de Universidade para todos - PROUNI; na tentativa de promover um espaço de conhecimento e reflexão acerca das possibilidades. Também, propiciar informação a respeito das profissões, para isso tem como sugestão a dinâmica “Mímica/Dica das Profissões”, pretendendo estabelecer um espaço de conhecimento e reflexão dos participantes a respeito das profissões através de uma atividade lúdica.

No quarto momento (5º encontro) realizar uma atividade denominada “Sou, Não Sou” com a finalidade de que os participantes consigam identificar suas dificuldades e potencialidades. A atividade estabelece quatro possibilidades de manifestação, sendo: SOU; NÃO SOU, MAS GOSTARIA DE SER; NÃO SOU, MAS NÃO GOSTARIA DE SER E NÃO SOU. Para cada uma é solicitado que o indivíduo responda buscando repensar o que o impede de ser quem gostaria de ser e o que o mobiliza a ser quem é.

No quinto momento (6º encontro) convidar os participantes a uma roda de conversa com a intenção que os mesmos socializem a respeito da experiência vivida durante o processo de OP, relatando sobre o que mudou ou permaneceu igual, sugerir o que poderia ser alterado ou mantido na programação da prática e dizer em uma palavra o que esse momento representou em sua vida.

Elenco a ser utilizada especificamente para esse público uma metodologia que promova a autonomia e independência destes indivíduos. Dito isso, esclarece Oliveira (2015)

que vale pensar em trabalhar com dinâmicas que explorem o autoconhecimento e a autoestima, de modo que auxilie a pessoa a descobrir suas reais potencialidades, competências e desenvolvimento da atividade profissional. Outrossim, durante o processo de instrumentalização quanto às informações, sugiro apresentar a este grupo de participantes as Leis que os protegem quanto aos seus direitos e deveres, podendo ser explanado em um material informativo, entregue e discutido com os mesmos durante o processo de orientação.

Em suma, como mencionado anteriormente, as atividades aqui apresentadas funcionam como sugestões e deverão ser adaptadas de acordo com as necessidades e especificidades do grupo.

Desconstruindo e Ressignificando: Resultados Esperados

O presente estudo emerge como uma proposta de intervenção a ser realizada no serviço escola de Psicologia, podendo este ser efetivado em outros espaços. A ideia do projeto surge a partir do resultado limitado de produções bibliográficas que apresente metodologicamente a prática de OP para pessoas com deficiência, o que comprova a invisibilidade estabelecida a esse público.

Nota-se que a proposta do projeto tem como resultado desconstruir e ressignificar os olhares e práticas para a pessoa com deficiência, tendo visto que para além da deficiência, o sujeito tem as suas particularidades e subjetividades que constituem esse ser que está em desenvolvimento evolutivo e dinâmico. Todavia, o olhar para a deficiência está enraizado culturalmente e naturaliza a deficiência como uma situação que gera apenas a ausência, a falta, a dificuldade, o não aprendido, o dito, “anormal”.

Acredita-se que a proposta do projeto possibilita a mobilização e sensibilização de estudantes e profissionais em prol de desconstruírem e ressignificarem suas práticas para a pessoa com deficiência. Também, o estudo apresenta um recorte específico e necessário de demonstrar a importância da inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, tendo o foco que este é um direito que precisa ser efetivado.

Nesse sentido, independente do adolescente, jovem ou adulto apresentar uma condição de limitação relacionada a algo decorrente da deficiência, o mesmo deve ser compreendido e trabalhado conferindo-lhe o direito a seu papel ativo na construção de seu desenvolvimento, a partir de sua capacidade individual de apropriar-se e internalizar formas sociais de comportamento como participante de seu processo de conhecimento como sujeito histórico. Somente assim, essa pessoa passa a ser percebida e compreendida como indivíduo possuidor

de diferentes capacidades e potencialidades, as quais devem ser encorajadas para que se transformem no alicerce do desenvolvimento das funções superiores.

Fica evidente que esta pessoa é um sujeito que encontra-se em movimento, em processo de desenvolvimento, incorporando novas aprendizagens e superando limites e desafios. Neste momento as discussões se encerram e, dialeticamente, são finais e iniciais, pois não temos o interesse de finalizá-la, mas sim, apontar caminhos possíveis para novas produções e discussões sobre um sujeito complexo, potente, histórico e social.

Referências Bibliográficas

AGUIAR, W. M. J. A escolha na orientação profissional: contribuições da psicologia sócio-histórica. **Psicologia da Educação**, São Paulo, 2006, p. 11-25.

AGUIAR, W. M. J.; BOCK A. M. B.; OZELLA, S. A orientação profissional com adolescentes: um exemplo de prática na abordagem sócio-histórica. In: BOOCK, A. M. B; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ALMEIDA, M. E. G. G.; PINHO, L. V. de. Adolescência, família e escolhas: implicações na orientação profissional. **Rev. Psic. Clínica**. Rio de Janeiro, 2008, p. 173-184.

BRASIL. **Lei 8.213**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília: 24 de julho de 1991.

_____. **Lei 7.853**. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Brasília: 20 de dezembro de 1999.

_____. **Lei 13. 146**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 06 de julho de 2015.

CABRAL, L. S. A. **Orientação acadêmica e profissional dos estudantes universitários com deficiência: perspectivas internacionais**. 2013. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Centro de Educação e da Ciências Humanas da Universidade de São Carlos, 2013.

COSTA, D. A. F. Superando limites: a contribuição de Vigotski para a educação especial. **Rev. Psicopedagogia**, São Paulo, v. 23, n.72, p. 232-240, 2006.

IVATIUK, A. L. **Orientação profissional em pessoas com necessidades especiais: revisão de literatura (2000-2009)**. 2009. 132 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Centro de Ciências da Vida – PUC – Campinas, São Paulo, 2009.

_____; YOSHIDA, E. M. P. Orientação profissional de pessoas com deficiências: revisão de literatura (2000-2009). **Revista Brasileira de Orientação Profissional**: Campinas, v. 11, n. 1, p. 95-106, 2010.

OLIVEIRA, V. L. A. de. **O portador de necessidades especiais e a orientação profissional**. Rio de Janeiro/RJ, 2015.

VIGOTSKY, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. **Educação e Pesquisa**, v.37, n. 4, p. 861-870, 2011.

WALLERIUS, K.; BISSANI, N. A inclusão dos portadores de necessidades especiais no mercado de trabalho. **Revista Tecnológica**, v. 2, n. 1, p. 1-20, 2015.

SOBRE O(A/S) AUTOR(A/S)

Danielle Monteiro do Nascimento

Graduanda em Psicologia, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Brasil; Discente pesquisadora do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP); Bolsista de monitoria de ensino na disciplina de Psicodiagnóstico. E-mail: danielle.canes@gmail.com

Carmem Virgínia Moraes da Silva

Pós-Doutoranda em Psicologia pela Universidade de São Paulo (USP/Ribeirão Preto); Professora Adjunta na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) - Brasil; Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Saúde (UFBA/IMS); Líder do Núcleo de Pesquisas e Estudos em Psicologia da UESB (NUPEP-UESB); E-mail: carmem.virginia@uesb.edu.br